



II SOS Brasil Soberano discute caminhos para a soberania nacional

Ana Paula Bispo



DEBATEDORES CRITICARAM REFORMAS E PERDA DE DIREITOS

PÁGS. 4 e 5

BRASIL

O desmonte das empresas públicas em setores estratégicos PÁG. 3

ENTREVISTA

Técnico do Dieese fala sobre efeitos das reformas para o trabalhador PÁG. 7

OPINIÃO

"A abolição veio e não libertou", por Jamille Araújo PÁG. 2

TSE PROLONGA AGONIA DO GOVERNO

Através de uma manobra marota que retirou da pauta do julgamento as provas mais contundentes e diretas contra Temer, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ao invés de apontar um caminho mais nítido para a solução da enorme crise institucional do país, acabou agravando-a. E o que é pior: Gilmar Mendes, o pivô da articulação pela exclusão das provas, afirmou que não era papel do Tribunal resolver crises institucionais. Esqueceu-se que, ao atuar decisivamente para absolver Temer, prolongou o clima de indefinição e tornou mais imprevisível o cenário político.

De tudo isto, fica muito clara a atuação do judiciário como sujeito político na atual conjuntura. Este fato se junta à atuação espalhafatosa da Lava-Jato no meio político e empresarial, além do crescente papel do STF (Superior Tribunal Federal), posicionando-se invariavelmente ao lado das forças conservadoras - como é o caso da lei da anistia e da repetida libertação de figuras no mínimo duvidosas no cenário nacional.

Com o recente julgamento pelo TSE, isentando Temer de corrupção - apesar da robustez das provas - o conceito do Judiciário está em queda livre diante da opinião pública brasileira. Quadro de difícil reversão no curto prazo.

A abolição veio e não libertou

JAMILLE ARAÚJO*

O dia 13 de maio de 1888 entrou para a história de nosso país como o dia da “abolição da escravidão”. Segundo os registros oficiais, dia em que a bondosa princesa Isabel teria assinado generosamente a Lei Áurea e posto fim aos mais de 350 anos de escravização, sofrimento, exploração e violação de direitos dos milhões de negros trazidos nos chamados navios negreiros de África. Por outro lado, é sabido que esta não foi uma “obra” bondosa, e muito menos o fim do sofrimento. O Brasil foi o último país americano a abolir a escravidão, mas ao olhar a inserção e a posição do negro na sociedade, é possível questionar os limites dessa abolição.

Em primeiro lugar, a abolição não pode ser vista como uma data e sim como parte de um processo histórico de resistência e luta por liberdade e igualdade. Seja através das inúmeras revoltas populares que aconteceram durante mais de três séculos, da criação dos Quilombos, de conquistas como a Lei do Ventre Livre (1871), Lei do Sexagenário (1885), ou com formas coletivas e/ou individuais de pagamento de alforrias.

Segundo, a abolição, da forma que foi feita, não alterou as péssimas condições de vida do negro, tampouco o inseriu de forma igualitária, na sociedade capitalista que se gestava, a fim de reparar as consequências do passado de escravização. Pelo contrário, sem qualquer tipo de reparação, indenização ou política social, os negros ficaram “à própria sorte” ou “próprio azar”. E em grande parte, sem uma alternativa de trabalho, moradia, saúde e alimentação, ou seja, de sobrevivência. Sendo esse o período de construção das bases da sociedade capitalista, racista e patriarcal brasileira, é possível afirmar que ela se deu a partir da exploração do trabalho dos negros nas lavouras, nos engenhos ou nas casas grandes, e da miscigenação forçada através do estupro das mulheres negras e indígenas.

129 anos depois da falsa abolição, embora a classe trabalhadora tenha alcançado conquistas importantes e o Estado brasileiro tenha reconhecido o racis-

mo como crime, a integração do negro na sociedade de classes ainda é uma tarefa incompleta. As classes dominantes no Brasil, com o objetivo de manter seus privilégios, exploração, lucro e dominação, jamais permitiram a realização das tarefas democráticas, como a Reforma Agrária, Reforma Urbana, Reforma Política, Democratização dos Meios de Comunicação, entre outras. Ela trata de perpetuar mecanismos de dominação do povo, seja através da violência, com o genocídio e encarceramento da população negra, ou através da dominação ideológica, com o mito da democracia racial e as teorias raciais que criaram o imaginário nacional de que o Brasil é um paraíso racial, em que os povos e etnias se “misturaram” romântica e cordialmente, e a partir disso, todas e todos teriam direitos, deveres e oportunidades de desenvolvimento iguais. O que não condiz com o movimento da realidade.

Vivemos num país em que a negritude e a pobreza são criminalizadas, e as condições de desenvolvimento, trabalho e vida da população negra são piores que a da população branca. Em

pesquisa divulgada recentemente pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) baseada no PNAD/IBGE, um negro ganha, em média, metade da renda de uma pessoa branca. E em 2010, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de uma pessoa negra era 14,4% menor que o de uma pessoa branca. O IDH está relacionado com nível de escolaridade, expectativa de vida, renda, e outros fatores.

Por fim, mas sem esgotar o debate, a tarefa que se coloca para esse momento de golpe e retirada dos direitos conquistados pelos trabalhadores nos últimos períodos, é a da unidade do povo em torno da luta pela realização da segunda abolição, que tenha em seu conteúdo a luta por um Brasil democrático e soberano. E o 13 de maio, nesse contexto, deve ser um dia de denúncia e luta para acumular forças rumo à realização da verdadeira abolição.

*Comunicadora popular e militante do Levante Popular da Juventude na Bahia

"Vivemos num país em que a negritude e a pobreza são criminalizadas"



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

"O governo não tem o direito de vender o Brasil", afirma Guilherme Estrella

Geólogo que descobriu o pré-sal critica política de desmonte das empresas públicas, como a Petrobrás, e conseqüentemente o desastre para a soberania nacional

Um ano depois do golpe que tirou Dilma Rousseff da presidência do Brasil, o cenário é de desastre. Perda de direitos conquistados no início do século XX, desmonte das empresas públicas de atuação estratégica e reformas em todos os setores sem qualquer discussão democrática com a população.

O governo golpista liderado por Michel Temer fez o Brasil regredir à condição de subalterno no cenário político internacional, como na década de 90, tirando o protagonismo conquistado durante os anos 2000, especialmente com a descoberta do petróleo na camada pré-sal.

Com isso, empresas e governos estrangeiros ganham a possibilidade de explorar as riquezas naturais e estratégicas, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento e os interesses do país. Enquanto isso, o Brasil perde a possibilidade de criar condições de fazer um projeto amplo de nação.

FUTURO DESPERDIÇADO

A descoberta do pré-sal trouxe uma possibilidade de futuro nunca antes imaginada pelo Brasil. Pela primeira vez, o país tinha nas mãos o controle de uma enorme fonte energética, que o deixava estrategicamente posicionado na economia e na política mundial.

Guilherme Estrella, geólogo que chefiou a equipe que descobriu o pré-sal em 2006, afirma que a possibilidade energética que ele traria poderia fazer o Brasil finalmente alcançar a soberania e criar um projeto amplo de país, de maneira independente das outras grandes potências. Segundo ele, o desenvolvimento trazido pelo

pré-sal não seria apenas na parte tecnológica, mas também nas áreas de educação, saúde e emprego. Prevê-se que os 37 campos já descobertos podem atingir a marca de produção de 10 milhões de barris por dia.

"O pré-sal foi visto no setor petrolífero mundial como a maior descoberta dos últimos 50 anos", conta Estrella. "Ele representa uma oferta abundante de energia, com o petróleo e também gases usados como combustível. Mas, para o Brasil, ele também representa uma possibilidade enorme de avanços sociais, o que é fundamental para trazermos a população para consumir energia, o que significa qualidade de vida."

Apesar de estar entre uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil é o 72º em consumo de energia; o 79º entre 188 nações no ranking de IDH, índice que leva em conta indicadores como educação, renda e saúde. Além disso, o país está em 92º lugar em desigualdade de gênero entre os 159 países analisados, atrás de nações de maioria religiosa conservadora, como: Líbia (38ª), Malásia (59ª) e Líbano (83ª). O Brasil ocupa ainda a 63ª posição em ciências, a 59ª em leitura e a 66ª colocação em matemática, na avaliação internacional dos estudantes de 70 países do mundo. "Essa situação é absolutamente



O geólogo Guilherme Estrella durante sua participação no II Simpósio SOS Brasil Soberano

constrangedora", critica Estrella.

O historiador Valter Pomar explica que isso acontece porque o Brasil cresceu economicamente, mas não se desenvolveu. Isso gera graves desigualdades sociais.

"O país vive em um desenvolvimento soluçante: inicia, se expande, mas por razões do mercado, ele vai até certo ponto e depois volta para trás. Por isso, sempre temos a sensação de que o país não consegue andar", explica Pomar.

TRABALHADORES PERDEM

"O empresariado brasileiro aceita vender a soberania nacional se tiver um país de escravos", afirma Valter Pomar, de maneira enfática.

Junto ao desmonte das empresas públicas estratégicas, o governo golpista atua na retirada de direitos da população. Reformas como a trabalhista, da Previdência e da Terceirização, e a reforma do ensino médio, mostram indícios de que o objetivo de quem está no poder no momento é retirar absolutamente tudo que o Brasil e a população brasileira possuem. Mesmo que seja pouco quando comparado a outros países.

"O laço final nesse pacote é a escravização do trabalhador. Com a Terceira Revolução Industrial, a automação, o capitalismo não precisa mais do trabalhador. E mesmo que ele necessite cada vez menos do trabalho humano, ele não quer

ser responsável por níveis adequados e civilizados de vida para esse trabalhador. Então você deixa o trabalhador do jeito que as reformas Trabalhista, da Previdência e da Terceirização querem. O capital quer deixar a fábrica toda automatizada, mas, se precisar de alguém, é um escravo", critica Estrella.

PAPEL DO ESTADO

O Estado é fundamental para garantir a coesão social, fator primordial para resistir às investidas estrangeiras que querem destruir a soberania brasileira. Para Valter Pomar, o poder público deve ter o objetivo de garantir o desenvolvimento.

Com a derrubada da Lei de Partilha, que garantia participação obrigatória na exploração, hoje, qualquer empresa estrangeira pode explorar um bem estratégico e fundamental para o desenvolvimento do país. Vemos a entrega de bens essenciais e estratégicos, como o petróleo.

"A soberania nacional é um meio para atingir a igualdade social, que, por sua vez, cria condições para atingir a soberania nacional", afirma. "É preciso urgentemente reinventar a sociedade. Isso deve ser feito rápido porque a conjuntura brasileira e internacional está piorando cada vez mais rapidamente", alertou.

"O Brasil poderia interferir na balança política e econômica mundial. Com um país desse tamanho, com energia e soberania, nós teríamos um lugar, por exemplo, no conselho de segurança das Nações Unidas. Seríamos conduzidos a um protagonismo no cenário geopolítico mundial completamente novo", afirma Estrella.

PRODUÇÃO PREVISTA DO PRÉ-SAL

10 milhões de barris / dia

• Fonte: EPE

CONSUMO DE BARRIS / DIA

EUA 19 milhões

China 12 milhões

Índia 12 milhões

• Dados: Anuário Agência Nacional do Petróleo (ANP) 2016

“Soberania Nacional é vendida em troca de um país de escravos”

HISTORIADOR VALTER POMAR FEZ O ALERTA DURANTE SUA PARTICIPAÇÃO NO II SIMPÓSIO SOS BRASIL SOBERANO, EM SALVADOR

O empresariado brasileiro aceita vender a soberania nacional se tiver um país de escravos”, afirmou o professor e doutor em história econômica Valter Pomar. O economista participou do II Simpósio SOS Brasil Soberano. O evento reuniu cerca de 200 pessoas no dia 27 de abril, para debater o tema “Engenharia, tecnologia e aproveitamento de recursos naturais no Brasil”, no auditório da Escola Politécnica da UFBA, em Salvador. O projeto SOS Brasil Soberano visa construir um programa nacional de fortalecimento de direitos e de afirmação do desenvolvimento do país, na contramão das reformas propostas pelo governo atual.

Durante sua participação, Pomar criticou as “reformas” trabalhista e da previdência e a terceirização. Segundo o professor, as sociedades capitalistas, historicamente, se baseiam na exploração da força de trabalho. “Isso cria uma sociedade extremamente desigual, com uma democracia instável e frágil”, avaliou o economista.

O Brasil vem sofrendo com constantes ataques à sua soberania, entre eles, cabe destacar, o golpe que derrubou a presidenta eleita Dilma Rousseff. Essas investidas acabam com direitos históricos, conquistados pelos trabalhadores, e destroem empresas estatais estratégicas, como a Petrobrás. Empresas e governos estrangeiros ganham a possibilidade de explorar as riquezas naturais e estratégicas, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento e os interesses do país. Enquanto isso, o Brasil perde a possibilidade de criar condições de fazer um projeto amplo de país, adquirido com a descoberta do pré-sal.

“A soberania nacional é um meio para atingir a igualdade social, que, por sua vez, cria condições para atingir a soberania nacional”, afirma. “É preciso urgentemente reinventar a sociedade. Isso deve ser feito rápido porque a conjuntura brasileira e internacional está piorando cada vez mais rapidamente”, alertou.

Guilherme Estrella, chefe da equipe que descobriu petróleo no pré-sal, em 2005, demonstrou pre-

ocupação frente à gravidade das consequências do desmonte de empresas públicas, como a Petrobrás.

Estrella defende que o controle do Estado sobre os bens estratégicos é o caminho para o Brasil se tornar um país soberano. “Estamos vivendo em um Estado absolutamente fantasmagórico. Ele tem origem nos interesses internacionais, que representam risco para a soberania e hegemonia do Brasil”, avaliou.

LEI DE PARTILHA

A descoberta do petróleo na camada pré-sal representou para o Brasil a possibilidade de criar condições de fazer um projeto amplo de país. Com esse objetivo foi criada a Lei de Partilha, que dava prioridade à Petrobrás na exploração dos campos descobertos em no mínimo 30%.

O entreguista José Serra conduziu a derrubada dessa lei e, hoje, qualquer empresa estrangeira pode explorar um bem estratégico e fundamental para o desenvolvimento do país. Vemos a entrega de bens essenciais e estratégicos, como o petróleo, para estrangeiros.

“Se não tomarmos providências

e unir a população, vamos transformar o Brasil de uma potência em uma ameaça para si mesmo. O pior que pode acontecer com um país é deixar que suas oportunidades se transformem em ameaças.”, analisa Estrella.

O engenheiro naval, Alan Paes Leme, que também participou do simpósio, acredita na importância fundamental da indústria nacional para o desenvolvimento.

“As indústrias precisam atender as necessidades da sociedade brasileira, e não os interesses do capital internacional”, defende Alan Paes. “Temos dois caminhos para um projeto de desenvolvimento nacional: aumentar a industrialização e/ou melhorar a capacidade técnica das indústrias nacionais que existem. Nossas exportações são, na grande maioria, agrícolas. Precisamos estabelecer uma política de desenvolvimento que garanta que as nossas potencialidades tecnológicas sejam utilizadas para produzir riqueza e socializar para a sociedade”, defende Alan.

Tentando desconstruir a ideia de que não existe tecnologia produzida no Brasil, o engenheiro levanta-



Valter Pomar fez uma profunda análise sobre histórica e econômica d

Bate-papo com movimentos sociais

"SOBERANIA EM DEBATE" FOI TRANSMITIDO AO VIVO PELO FACEBOOK DO SOS BRASIL SOBERANO



os ataques constantes à soberania brasileira

A novidade desta edição do SOS Brasil Soberano foi a realização do “Soberania em Debate”. A roda de conversas, mediada pela jornalista da Fisenge, Camila Marins, e transmitida ao vivo pela internet, teve como objetivo discutir os problemas e as soluções para o Brasil em conjunto com os movimentos sociais.

O primeiro encontro recebeu o secretário de relações com a sociedade do Senge Bahia, Allan Yukio, e o diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, Jairo Batista. O tema principal do debate foi a importância da tecnologia e da política de conteúdo local para a soberania do país. Batista e Yukio acreditam que o avanço tecnológico é o caminho para o desenvolvimento de empregos e de uma disputa real do Brasil frente ao cenário internacional.

Para Jairo Batista, a questão da tecnologia é fundamental também em diversas outras áreas. Ele explica que o desenvolvimento tecnológico e as empresas de tecnologia estão ligadas a setores como pesquisa, universidade, empregos e políticas públicas. Por-

tanto, quando um é afetado, todos os outros são afetados também.

“A Petrobrás gera mais de 1 milhão de empregos em todo o país. Quebrar isso gera desemprego e gera também a criação de subempregos, com salários baixos e condições inaceitáveis para o trabalhador”, critica.

POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL

O governo federal anunciou, no dia 22 de fevereiro, a redução de 50% da política de conteúdo local, ignorando os interesses nacionais. A política é um instrumento de defesa da soberania do país, de geração de emprego e renda e fortalecimento da indústria brasileira.

“A política de conteúdo local atinge a população brasileira e toda a América Latina. O golpe não está desconectado de outras forças imperialistas. O objetivo é acabar com o processo científico, a engenharia e as pesquisas. Abre licitação para empresas estrangeiras com o argumento de que é por causa da corrupção, mas essas empresas também estão envolvidas com corrupção”, completou Yukio.

De 2002 a 2014, a Petrobrás sal-

tou de 3 mil trabalhadores para 85 mil, reestruturando todo o parque da indústria naval. Este avanço também aconteceu no estímulo à produção tecnológica por meio de engenharia brasileira. O pré-sal foi descoberto graças ao investimento em tecnologia local com excelência em engenharia. Atualmente, a média de exigência de conteúdo local é de 65% a 79%. Com a redução pela metade, o Brasil ficará refém de empresas estrangeiras.

SETORES ESTRATÉGICOS

O segundo encontro “Soberania em Debate” recebeu Guilherme Estrella, geólogo que chefiou a equipe que descobriu o pré-sal; Alan Paes Leme, contra-almirante e engenheiro naval; José Carlos de Assis, jornalista e economista; e Ubiratan Félix, presidente do Senge Bahia.

Ubiratan Félix explicou que o Brasil abriu mão de produzir tecnologia por causa de um viés ideológico. Segundo ele, não foi um viés econômico porque não há argumento para isso ser feito. Para o engenheiro, produtos estratégicos, como água, energia e petróleo, não podem ser considerados apenas como mercadorias, justamente por sua importância para o desenvolvimento tecnológico e social.

O geólogo Guilherme Estrella criticou o desmonte da Petrobrás e afirmou que, como o petróleo e o gás natural continuam sendo a principal fonte energética do planeta, o setor é estratégico para a soberania nacional. Para ele, o argumento de que o Brasil não tem tecnologia para explorar os campos na camada pré-sal é falso.

“A necessidade de desenvolver tecnologia é o filé mignon porque é no desenvolvimento de tecnologia que ocorre o desenvolvimento do país.”

tou o histórico de grandes empresas nacionais, tendo como exemplo a indústria naval.

“Existe uma falsa impressão de que o Brasil não produz tecnologia, isso não é verdade. Existem segmentos que estão na vanguarda do processo de industrialização, como é o caso da engenharia naval e aviária, mas temos uma falta de continuidade e investimentos em inovação tecnológica, essa é a questão”, relata Paes.



Francisco Teixeira fala durante a abertura do II Simpósio SOS Brasil Soberano

UM FENÔMENO POLÍTICO INÉDITO

Por Igor Fuser

A América do Sul viveu nos últimos quinze anos, aproximadamente, uma situação política inédita, com a construção gradual de uma maioria de governos identificados com a esquerda ou centro-esquerda. Apesar da heterogeneidade das práticas e das agendas (internas e externas), esses governantes, genericamente chamados de progressistas, apresentam traços comuns que permitem considerá-los como elementos constitutivos de um fenômeno histórico de dimensões regionais.

Para o jornalista argentino José Natanson, o “giro à esquerda” ocorrido nesse período – que o sociólogo brasileiro Emir Sader denomina de “pós-neoliberal” – não pode ser considerado um acidente histórico transitório nem um fenômeno limitado a um ou dois países, como foi a Revolução Cubana em 1959, o governo de Salvador Allende no Chile (1970-1973) ou a vitória sandinista na Nicarágua em 1979. “Num intervalo de tempo relativamente pequeno, a América Latina deixou para trás a etapa neoliberal e escolheu um caminho diferente”, afirma Natanson. A frase que melhor define essa primavera das esquerdas sul-americanas na virada do milênio é do presidente do Equador, Rafael Correa, que afirmou em sua cerimônia de posse, em janeiro de 2007, que “não

vivemos uma época de mudanças, e sim uma mudança de época”.

Traços comuns caracterizam a leva de gestões progressistas instaladas, uma após a outra, desde a primeira eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em dezembro de 1999.

Primeiro: com a única exceção dos socialistas chilenos (melhor seria chamá-los de social-democratas), a chegada da esquerda aos governos ocorre como uma reação do eleitorado ao fracasso das políticas neoliberais da década de 1990 em proporcionar melhorias significativas nas condições de vida da população. Mesmo nos países onde as propostas do Consenso de Washington obtiveram sucesso em conter a hiperinflação, os bons resultados iniciais logo se diluíram diante do cenário sombrio que marcou o final do século XX na região, com baixos índices de crescimento, desindustrialização, aumento do desemprego e da exclusão social, agravamento das desigualdades e desmanches das estruturas de proteção social, que já eram precárias.

As maiorias desprivilegiadas se viram abandonadas à sua própria sorte, sem poder contar com o Estado como um instrumento de proteção. A dramática derrubada do presidente Fernando de la Rúa, em dezembro de 2001, simboliza, mais do que qualquer outro evento, o colapso das elites polí-

ticas tradicionais, incapazes de atender às demandas da sociedade e, em particular, de suas camadas mais pobres. Na maré de insatisfação que varreu a América do Sul, os partidos políticos ligados ao modelo neoliberal foram afastados do poder em todos os países, com exceção da Colômbia e do Chile.

Segundo: Os governos progressistas se constituem por meio de eleições, em alguns casos precedidas de sublevações populares, em outros, não – fator que ajuda muito a entender as diferenças entre eles. Mas o elemento comum, sempre, é a aceitação dos métodos da democracia representativa, ainda que com a inclusão eventual de elementos da democracia participativa e, na maioria dos países, a presença de uma forte dose de personalismo no exercício do poder e o reforço das capacidades do Executivo. De qualquer modo, o importante é que esses governantes devem sua legitimidade, sempre, à vontade popular expressa em eleições livres, e não à conquista do poder pela via revolucionária.

Terceiro: essa é uma circunstância que, dada a vinculação entre raça e hierarquia social vigente na América Latina desde a época colonial, se expressa também na sua ligação com grupos étnicos subalternos. Os exemplos são evidentes. Lula, um ex-operário, nasceu em uma família de

retirantes nordestinos. O boliviano Evo Morales, líder dos plantadores de coca no seu país, é filho de indígenas (mãe aimará e pai quéchua). E o venezuelano Hugo Chávez descendia de brancos, negros e índios. Mesmo nos casos em que os governantes provêm da “elite branca”, sua trajetória política se vincula a instrumentos de representação das demandas populares na esfera pública: o partido peronista (Néstor e Cristina Kirchner), a Frente Ampla uruguaia (Tabaré Vázquez e Pepe Mujica), o catolicismo popular da Teologia da Libertação (o presidente deposto do Paraguai, Fernando Lugo), a intelectualidade anti-oligárquica (o equatoriano Rafael Correa).

Quarto: Eles foram eleitos, em todos os casos, em disputas políticas caracterizadas como manifestação de um conflito social definido a partir da dicotomia pobres/ricos. Não por acaso, todos os presidentes progressistas obtiveram apoio amplamente majoritário nas faixas sociais de renda mais baixa, em contraste com a rejeição e com índices menores de apoio entre os eleitores das camadas sociais privilegiadas. Certamente, tampouco é casual a postura hostil que a mídia dominante em todos esses países adotou contra essas lideranças e suas respectivas organizações partidárias, situadas à esquerda do espectro político.

Os governos progressistas foram ou são alvos permanentes de campanhas virulentas das elites dominantes locais. Por toda parte, os atores políticos situados no campo conservador deixaram claro seu inconformismo com o novo estado de coisas e se mobilizaram para debilitar os governantes de esquerda ou centro-esquerda, seja com o uso sistemático dos meios de comunicação para apresentá-los de modo negativo, seja com o recurso de meios ilegais para afastá-los do poder (com sucesso, em alguns casos, e fracasso, em outros).

*Igor Fuser é professor da Universidade Federal do ABC e um dos professores do curso “América Latina no Sistema Mundial”, promovido pelo SENGE-RJ

MAIO A JULHO

CURSO SEMIPRESENCIAL

Dirigido a profissionais e estudantes de engenharia e áreas afins, economia e ciências sociais, gestores públicos e privados.
Pré-requisito: possuir nível superior completo ou em curso.



DESCONTOS ESPECIAIS
Profissionais e estudantes sindicalizados ao SENGE-RJ e para empresas.

AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL
INTEGRAÇÃO REGIONAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO



Leia o artigo completo em: www.sengerj.org.br/blogs/americalatina



"TODAS AS REFORMAS TÊM UM DÉFICIT DE LEGIMITIDADE"

Economista e técnico do Dieese, Paulo Jager critica reformas do governo golpista de Michel Temer e denuncia consequências drásticas para a população brasileira

SENGE-RJ: Como você avalia a situação dos trabalhadores no Brasil atualmente?

Paulo Jager: A situação atual já é muito ruim em função da conjuntura econômica adversa. Taxa de desemprego próxima a 14%, mais de 14 milhões de desempregados, aumento do trabalho informal, aumento do tempo de procura por um novo emprego. São vários indicadores que mostram uma piora nas condições de emprego e, conseqüentemente, nas condições de vida de uma grande parte da população. Hoje é pouco provável encontrar alguém que não tenha um parente ou conhecido desempregado ou em vias de ficar desempregado. Nessa conjuntura já muito difícil, os trabalhadores estão diante de possíveis mudanças para pior, de ordem estrutural. Se as reformas, da Previdência e trabalhista, forem efetivadas como estão atualmente desenhadas, terão impactos terríveis. Aproveita-se a crise, que é conjuntural, para implantar medidas que podem impactar a classe trabalhadora por décadas.

SENGE-RJ: Quais são as prováveis causas da crise que o Brasil vive?

Paulo Jager: São várias. Desde o ano de 2014, a gente percebia alguma desaceleração no consumo das famílias, além de problemas na indústria que vinham ocorrendo há mais tempo. A economia tinha perdido seu impulso. A Presidenta Dilma Rousseff ganha as eleições e, antes mesmo de assumir o segundo mandato, o governo toma a decisão de pisar no freio da economia, controlar gastos públicos, seguir aumentando juros, ajustar tarifas públicas, promovendo uma importante mudança de orientação na política econômica. O governo imaginava, suponho, que isso teria um curto prazo de duração e a retomada viria em alguns meses. Mas a esta reorientação somou-se a piora do quadro político, especialmente com as chamadas "pautas-bomba", culminando no afastamento e impedimento. Já em 2015 a economia entra em recessão. Com a entrada do governo atual, em 2016, a política econômica de aus-

teridade é intensificada. O governo esperava que a confiança empresarial seria recuperada e se traduziria em retomada dos investimentos. Isso não ocorreu, os problemas políticos foram se intensificando e tivemos novo ano de queda forte do PIB. Nós não temos registro em nossa história de um período tão longo de queda da atividade econômica. Não é uma recessão. É uma depressão, talvez a maior crise econômica da nossa história.

SENGE-RJ: Os resultados dessas políticas de austeridade podem ser drásticos?

Paulo Jager: Acho que os resultados já são drásticos. Se não tivermos alguma mudança no ambiente político e econômico para que os investimentos voltem a ser feitos, um cenário bastante provável é de que a situação continue piorando ou se estagnando nesse baixo patamar. Olhe o impacto que isso tem na vida das pessoas. No aumento da pobreza, no nível de violência. Já é visível nas ruas das grandes cidades, com muitas pessoas pedindo dinheiro ou tentando vender algo, qualquer coisa. Provavelmente o desemprego ainda aumenta no ano de 2017 e essas repercussões negativas no padrão de vida das pessoas vão continuar a ocorrer. Isso para não falar do impacto negativo nos serviços públicos prestados à população.

SENGE-RJ: Qual o efeito do fato deste governo ser ilegítimo na crise?

Paulo Jager: A crise política e a crise econômica estão umbilicalmente ligadas. Desde o período anterior ao impedimento da Presidenta Dilma, a piora gradativa no ambiente político fez aumentar muito o nível de incerteza e interrompeu os investimentos. Me parece que a volta do crescimento econômico de fôlego requer, entre outros fatores, a normalização do quadro político, um mínimo de previsibilidade para que as decisões de investimento voltem a ocorrer.

SENGE-RJ: Quem está por trás dessas reformas?

Paulo Jager: Provavelmente, quem as

defende publicamente e faz gestões para sua aprovação. Além do governo, entidades patronais, grandes empresas, nacionais, internacionais. No caso da reforma trabalhista, são mais de 200 alterações, propostas e já aprovadas na Câmara a toque de caixa. Obviamente, sem participação das entidades que representam os trabalhadores. Não houve consulta, não houve discussão democrática, está sendo feito de uma hora para a outra. E são mudanças profundas que requereriam uma longa e democrática pactuação. A reação, principalmente das entidades sindicais, é que está impedindo que isso seja feito mais rápido ainda.

SENGE-RJ: Qual é o sentido das reformas?

Paulo Jager: O sentido geral é de reduzir a proteção dos trabalhadores. Seja o trabalhador que está na ativa, seja o trabalhador que por alguma razão perdeu sua capacidade de trabalhar. É uma desproteção do trabalho e uma maior proteção e flexibilidade para o capital, para reduzir estruturalmente o custo do trabalho no Brasil.

SENGE-RJ: Quais as principais mudanças com relação aos sindicatos?

Paulo Jager: Se concretizadas, podem enfraquecer muito as entidades sindicais e, conseqüentemente, sua capacidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores. Pois reduzem o papel negocial dos sindicatos, fragmentam as categorias e a representação sindical, criam formas de contratação que dificultam enormemente a organização, acabam com algumas das atuais fontes de financiamento, entre outros impactos. Fazem, portanto, uma reforma sindical, sem que tenha havido a participação dos trabalhadores e sindicatos na discussão.

SENGE-RJ: O governo afirma que as reformas são necessárias para conter a crise econômica. Você acredita que esse argumento é verdadeiro? Quais outras soluções são possíveis e melhores para a população?

Paulo Jager: A crise econômica não foi provocada pela situação da Previdência Social nem pelas regras atualmente vigentes em nosso mercado de trabalho. Com este mesmo arranjo institucional o país cresceu por um longo período e chegou a atingir sua menor taxa de desemprego no ano de 2014. Eu diria que está ocorrendo o contrário: procura-se viabilizar as reformas, que atendem a outros interesses, com o argumento da crise. A reversão do quadro de crise, além da solução do problema de ordem política, requer a adoção de uma política econômica anticíclica. As empresas só voltarão a investir se acharem que terão mercado consumidor, o que depende das perspectivas para o emprego, crédito e renda. A política de austeridade aponta na direção contrária. É preciso separar as duas dimensões. Há necessidade de debater e alterar algumas regras do jogo? Provavelmente, sim. Mas isto deve ser feito sem açodamento e com ampla participação democrática da sociedade, principalmente das representações da classe trabalhadora. Visando o aperfeiçoamento em benefício da maior parcela da população, não como uma questionável solução para problemas de curto prazo.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Engenheiras lançam vídeo sobre machismo na profissão

Fonte: Fisenge

Onde está o engenheiro?". "A engenheira sou eu". Esta é uma das situações pelas quais as mulheres engenheiras passam em seu cotidiano. Com o objetivo de dar visibilidade a esta e a outras situações, as engenheiras da Fisenge contam relatos de luta e resistência vividas

ao longo da vida profissional e revelam o machismo velado de cada dia.

Nas redes sociais da Fisenge, outras profissionais da engenharia se identificaram e contaram suas histórias, como: "Perdi uma vaga de estágio com a desculpa de que só teria homens na obra e seria perigoso" e "participei de diversos casos de seleção para entrevistas de trabalho onde

os pré-requisitos eram ser jovens, solteiras, sem filhos e companheiros".

"A violência contra a mulher, seja simbólica ou institucional, faz com que as mulheres sejam cada vez mais atingidas pelo desemprego e pelas relações precárias de trabalho, além de colaborar para que elas compo- nam um quadro de vulnerabilidade social cada vez maior. É importante

que casos como os relatados tanto no vídeo, quanto nos comentários, sejam mostrados para que nós consigamos, cada vez mais, ocupar espaços de poder na engenharia e na sociedade", afirma a engenheira e diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, convidando as engenheiras a participarem dos coletivos de mulheres em seus estados.

Eugênia - a engenheira

Fonte: Fisenge

Eugênia é contra a Reforma Trabalhista

Fonte: Fisenge

No mês de maio, a Engenheira Eugênia debate as consequências das reformas trabalhista e da previdência. Sob a falsa justificativa de geração de empregos, as reformas irão aprofundar os baixos salários, precarizar as relações de trabalho e a rotatividade. Na reforma trabalhista, as negociações e acordos coletivos poderão ter força de lei e ignorar a legislação vigente, por exemplo. Além disso, a prevalência do negociado sobre o legislado poderá acabar com o Salário Mínimo Profissional. "Com a reforma trabalhista, uma lei histórica para os engenheiros e as engenheiras poderá ser ignorada. Precisamos construir um arco de alianças em defesa dos direitos trabalhistas de toda a sociedade brasileira. Com a Reforma da Previdência, as mulheres e os trabalhadores rurais serão as pessoas mais prejudicadas", afirmou a engenheira química e diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, convidando todas as mulheres a se mobilizarem contra as reformas.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br